

Elementos da gestão cotidiana e o desenvolvimento local: a voz do coletivo de catadores de materiais recicláveis em Uberlândia, MG

Elements of daily management and the local development: the voice of the recyclable material collectors collective in Uberlândia, MG

Elementos de la gestión cotidiana y el desarrollo local: la voz del colectivo de recicladores de materiales en Uberlândia, MG

Andrea Costa Van Herk Vasconcelos¹

Márcia Freire de Oliveira¹

Luciano Mendes²

Camila Maria de Oliveira¹

Recebido em: 07/03/2024; revisado e aprovado em: 05/11/2024; aceito em: 10/11/2024

DOI: <https://dx.doi.org/10.20435/inter.v26i1.4401>

Resumo: Experiências, sociabilidades alternativas e novas formas de gestão, geralmente localizadas, têm ganhado destaque em debates que circundam o tema desenvolvimento, especialmente por representar uma condição transformadora e diferenciada na geração de trabalho e renda. Nesse contexto, o objetivo neste trabalho foi compreender, a partir do coletivo de catadores de materiais recicláveis, a instituição dos princípios da economia solidária (ES) na gestão ordinária/cotidiana e no desenvolvimento local de quatro empreendimentos econômicos solidários (EES) localizados na cidade de Uberlândia, MG. A pesquisa se caracterizou como qualitativa, realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com catadores de materiais recicláveis. A análise destas entrevistas foi realizada a partir do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Como resultados, verificou-se que, por meio do compromisso social, atividade econômica e gestão democrática, os EES estabelecem um papel importante no desenvolvimento local, especialmente quando se trata de compromisso social e atividade econômica. Também, eles mantêm os princípios da ES quando se trata de compromisso social e gestão democrática dos empreendimentos. Apesar de algumas particularidades, no processo de gestão ordinária, os catadores atuam no desenvolvimento local e na disseminação dos princípios da ES, que possuem papel integrador e proporcionador de uma vida digna a estes trabalhadores.

Palavras-chave: economia solidária; empreendimentos econômicos solidários; gestão ordinária; desenvolvimento local; coletivo de catadores.

Abstract: Experiences, alternative social interactions, and new forms of management, often localized, have gained prominence in debates surrounding the development theme, especially for representing a transformative and differentiated condition in the generation of work and income. In this context, the aim of this study was to comprehend, through the collective of recyclable material collectors, the establishment of the principles of solidarity economy (SE) in the ordinary/daily management and local development of four solidarity economy enterprises (SEE) located in the city of Uberlândia, MG. The research was characterized as qualitative approach, conducted through semi-structured interviews with recyclable materials collectors. The analysis of these interviews was carried out through the collective subject discourse (CSD). As a result, it was found that, through the social commitment, economic activity, and democratic management, the SEE play an important role in local development, especially when it comes to social commitment and economic activity. They also maintain the principles of SEE when it comes to social commitment and democratic management of enterprises. Despite some particularities, in the ordinary management process, the collectors act in local development and in the dissemination of SE principles, which play an integrative role and provide a dignified life for these workers.

Keywords: solidarity economy; solidarity economic enterprises; ordinary management; local development; collectives of waste pickers.

Resumen: Experiencias, sociabilidades alternativas y nuevas formas de gestión, generalmente localizadas, han ganado protagonismo en los debates en torno a la temática del desarrollo, especialmente porque representan una condición transformadora y diferenciada en la generación de trabajo e ingresos. En este contexto, el

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

² Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, São Paulo, Brasil.

objetivo de este trabajo fue comprender, a partir del colectivo de recolectores de materiales reciclables, la implementación de los principios de la economía solidaria (ES) en la gestión ordinaria/cotidiana y en el desarrollo local de cuatro emprendimientos económicos solidarios (EES) ubicados en la ciudad de Uberlândia, MG. La investigación se caracterizó como cualitativa, realizada a través de entrevistas semiestructuradas con recolectores de materiales reciclables. El análisis de estas entrevistas se llevó a cabo a través del Discurso del Sujeto Colectivo (DSC). Como resultado, se observó que, mediante el compromiso social, la actividad económica y la gestión democrática, los EES desempeñan un papel importante en el desarrollo local, especialmente en lo que respecta al compromiso social y la actividad económica. Además, mantienen los principios de la ES en cuanto al compromiso social y la gestión democrática de los emprendimientos. A pesar de algunas particularidades, en el proceso de gestión ordinaria, los recolectores contribuyen al desarrollo local y a la difusión de los principios de la ES, que desempeñan un papel integrador y proporcionan una vida digna a estos trabajadores.

Palabras clave: economía solidaria; emprendimientos económicos solidarios; gestión ordinaria; desarrollo local; colectivos de recicladores.

1 INTRODUÇÃO

Na economia solidária (ES), formas coletivas de pensar e agir nos territórios são capazes de resistir e existir diante das desigualdades existentes no sistema capitalista (Carinhato, 2008). Areladas a fatores históricos e transformações sociais, experiências materializadas nos vários empreendimentos econômicos solidários (EES) vêm fomentando o desenvolvimento local e transformações sociais por meio de iniciativas locais e práticas cotidianas (Gaiger; Ferrarini; Veronese, 2018; Saquet, 2018, 2021).

Contudo, perante as complexidades sociais, perspectivas antagônicas revelam dois cenários diante do desenvolvimento desigual no sistema capitalista. De um lado, exacerbam-se circunstâncias privilegiadas de trabalho e obtenção de renda; e, de outro lado, exacerbam-se situações agravantes de indivíduos excluídos do mercado de trabalho. Esses últimos “[...] têm buscado novas condições para sobreviver como corpo, família e ser social” (Arruda, 2003, p. 264), em contextos, muitas vezes informais, de obtenção de renda e sustentação familiar. Tal situação corrobora um panorama de invisibilidade social, agravado por uma condição de darwinismo social (França Filho; Magnelli; Eynaud, 2020). Os “nunca incluídos”, conforme denominação de Gaiger (2004), são uma grande parcela da população que continua fora do mercado formal de trabalho, unindo-se em formas alternativas de obtenção de renda.

A ES tem sido alternativa por congregar condições de solidariedade entre indivíduos nunca incluídos. Assim, mesmo no íterim do projeto neoliberalista entre economia e sociedade, há espaço para cooperação, integração e solidariedade, como obtenção de uma vida digna (França Filho; Magnelli; Eynaud, 2020). Os quatro princípios que representam a ES: atividade econômica, autogestão, cooperação e solidariedade (Senaes, 2006), galgam espaço em empreendimentos onde o trabalho humano é importante, como no caso da coleta de materiais recicláveis. Há um forte apelo ambiental no trabalho de coleta, que, no modelo neoliberal, representa pouco valor econômico e de grande valia para a sociedade, ou seja, foram desvalorizados economicamente, mas são essenciais para a sociedade (França Filho; Magnelli; Eynaud, 2020).

Nesse sentido, a “gestão ordinária”, denominada por Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), pode representar a condição necessária que represente o modelo de trabalho no cotidiano desses empreendimentos. Nesse modelo de gestão, quando os sujeitos não detêm o conhecimento formal racionalizado pelas formas sistematizadas de gestão, conduzem-na de maneira situacional, lidando com os problemas dos empreendimentos de forma prática e pouco formal. Com isso,

abre-se a possibilidade para que os princípios e valores da ES e os atributos dos EES interajam de maneira efetiva nas práticas destas organizações.

Diante do exposto, gera-se a seguinte pergunta como ponto de inquietação para a pesquisa: **como o coletivo de catadores de materiais recicláveis, a partir da gestão ordinária/cotidiana dos empreendimentos de economia solidária (EES), instituem os princípios da economia solidária (ES) e promovem o desenvolvimento local?** Com isso, sinaliza-se o objetivo deste trabalho, que foi: compreender, a partir do coletivo de catadores de materiais recicláveis, a instituição dos princípios da economia solidária (ES) na gestão ordinária/cotidiana e no desenvolvimento local de quatro empreendimentos de economia solidária (EES) localizados na cidade de Uberlândia, MG.

Além das justificativas elencadas nessa introdução, também importa pensar a ES e os EES para uma melhor compreensão sobre a dinâmica e complexidade da área. Gaiger (2012) já evidenciava a necessidade de repensá-la, tanto nos termos estruturais dos conceitos e perspectivas políticas quanto explorá-la pelas tipologias que evidenciam a dinâmica dos EES. Com isso, para além das perspectivas políticas e ideológicas, é importante compreender as práticas e o cotidiano dos EES, sem que preceitos conceituais sirvam de limites e apontamentos superficiais.

Sendo assim, este artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, no próximo tópico serão apresentadas discussões teóricas sobre a economia solidária e a gestão ordinária, como forma de compreensão dos fenômenos dos EES e da gestão cotidiana destes empreendimentos. Em seguida, será apresentada a metodologia científica utilizada na realização da pesquisa. Após a descrição metodológica, serão apresentados os resultados da pesquisa, que foram divididos em três pilares: compromisso social, atividade econômica e gestão democrática. Por fim, foram feitas algumas considerações finais.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EMANADA PELA QUESTÃO SOCIAL: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA SEDIMENTADA EM PRINCÍPIOS

No Brasil, a economia solidária (ES) engloba uma gama de movimentos sociais na cidade e no campo, que, configurados em cooperativas, associações, grupos informais, dentre outros, possuem objetivos comuns, geralmente localizados, baseados na solidariedade e na cooperação como forma de existência (Gaiger, 2015). No país, o fortalecimento da ES se deu mediante apoio de entidades não governamentais através de princípios cooperativistas e de autogestão, muito embora o cooperativismo, trazido por imigrantes europeus no início do século XX, não represente o sinônimo da ES em sua totalidade (Singer, 2002).

Nesse contexto, os empreendimentos econômicos solidários (EES) representam “[...] laboratórios, micro totalidades [sic] em que surgem novos desafios, tais como equacionar os interesses individuais e coletivos e firmar estratégias coerentes a partir de decisões consensuais” (Gaiger; Ferrarini; Veronese, 2018, p. 144). A transformação da vertente social em alavancagem econômica como possibilidades a uma outra economia e ao desenvolvimento territorial local representa o diferencial e a vantagem das iniciativas coletivas (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016; Saquet, 2018).

Em se tratando de possibilidades, não é imperioso tratar a ES somente pelo senso comum e pelo espectro de políticas públicas aportadas em programas de transferência de renda, como a estruturação e reestruturação produtivas com incentivos às pequenas iniciativas. Típicas dos governos neodesenvolvimentistas FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), as políticas públicas voltadas à ES, naquela época, ofereceram estímulos para autonomia focadas na capacidade dos

indivíduos se unirem, por exemplo, por meio do cooperativismo³ (Barbosa, 2007). Conquanto a concepção arraigada do neoliberalismo nas políticas públicas brasileiras, mesmo nos governos neodesenvolvimentistas protagonizados por programas sociais, a ES carrega traços de submissão ao capitalismo, buscando atenuar conflitos sociais (Ortega, 2016; Alves *et al.*, 2020).

Esses conflitos sociais, citados pelos autores, refletem uma situação dialética e histórica na relação capital-trabalho, embora representem alternativas que, calcadas na ES, configuram-se paliativos à questão social. Segundo Bertucci (2010), há dois espectros da ES no Brasil: um, em que o Estado, enquanto facilitador de políticas públicas para a ES, teve e ainda tem papel importante como fomentador de subsídios e estímulos aos EES. Outro, que compreende a importância do seu processo emancipatório como forma de reprodução social.

Nesse contexto dialético, histórico e contraditório, Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) evidenciam uma abordagem conceitual do tipo ideal para EES⁴. Juntamente dos pilares (ou princípios) da ES baseados no Atlas da Economia Solidária de 2005 (Senaes, 2006), o Quadro 1 apresenta os critérios/atributos do tipo ideal para os EES, que sinalizam as formas de atuação desses empreendimentos. Evidencia-se que os critérios/atributos apontados foram utilizados na pesquisa empírica deste estudo.

³ O cooperativismo, desde o início de sua efetivação no Brasil, define-se como “modelo de negócios [...] quando pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, em uma organização onde todos são donos do próprio negócio” (Organização das Cooperativas do Brasil [OCB], 2022, *s.p.*).

⁴ O tipo ideal, apresentado pelos autores, é baseado no método weberiano dos tipos ideais como forma de análise de uma situação social, uma construção social da realidade, não a realidade em si, tampouco o pressuposto do que seria o modelo exemplar da realidade. “O tipo ideal reúne um conjunto de aspectos atinentes a uma classe de fenômenos [...]. Seria impossível investigar temas relacionados a noções como capitalismo, democracia ou justiça, sem um modelo teórico de referência” (Gaiger; Ferrarini; Veronese, 2018, p. 147).

Quadro 1 – Critérios/Atributos que caracterizam o tipo ideal para empreendimentos econômicos solidários (EES) baseados nos pilares da economia solidária (ES)

Pilares da ES	Critérios / Abordagem para ES	Critérios / Abordagem para EES	Critérios/Atributos do tipo ideal para EES
Cooperação	- Interesses e objetivos comuns. - União de esforços e capacidade. - Propriedade coletiva ou parcial dos bens. - Partilha dos resultados. - Responsabilidade coletiva diante de dificuldades.	- Organizar-se para defender coletivamente direitos e interesses. - Vínculos com outras organizações, observando princípios de equidade, colaboração e justiça. - Engajamento institucional para reconhecimento público das demandas do empreendimento.	Compromisso Social - Intercooperação técnica com estímulo à solidariedade generalizada enfocando a melhoria do bem-estar das pessoas vinculadas ao empreendimento e da comunidade no entorno. - Articulação entre a dimensão social e a econômica sem a predominância de uma sobre a outra. - Ações vinculadas às circunstâncias, ora como balizador ético de suas práticas, ora ainda como um princípio justificador da atividade econômica.
Solidariedade	- Justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes. - Comprometimento saudável com o meio ambiente e com a comunidade. - Promoção de movimentos emancipatórios para o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras, consumidores e consumidoras.	- Resultados excedentes das atividades econômicas para a remuneração dos membros e/ou melhorias no empreendimento e entorno. - Auxílio a pessoas carentes (renda e recursos) – parte social da cooperação. - Engajamento em causas específicas, como o combate à pobreza e às desigualdades de gênero, a defesa de povos e comunidades tradicionais e o desenvolvimento local. - União para construir alternativas sociais emancipatórias com posicionamento crítico de ações.	
Atividade econômica	- Viabilidade coletiva para produzir, prestar serviços e efetivar a relação produção, comercialização e consumo. - Realização de atividades de natureza econômica com a finalidade da continuidade do empreendimento.	- Produção de bens, comercialização e prestação de serviços pelos membros. - Geração de formas que garantam a continuidade da atividade econômica. - Reconhecimento dos custos e dos riscos, sem depender de aportes externos, cuja disponibilidade escape ao controle. - Propriedade comum, ou em parte, do recurso financeiro para as atividades econômicas. - Não permitir a divisão social do trabalho (separação entre gestores e executores, trabalhadores intelectuais e manuais). - Não depender da colaboração de voluntários ou da força de trabalho assalariada, devido à natureza utilitária de tais relações.	Atividade Econômica - Operações econômicas para produção, comercialização e consumo, ou prestação de serviços para a manutenção e continuidade do empreendimento. - Compreensão da economia em sentido amplo, sem se limitar a bens e serviços produzidos para o mercado e sem descartar atividades não monetárias. - Envolvimento de trabalho coletivo (planejamento, deliberações, execução) e recursos para a sua realização.

Autogestão	- Exercício de práticas participativas nas definições de estratégias e nos processos de trabalho dos empreendimentos. - Participação dos membros na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.	- Garantia de administração e participação dos membros na direção e coordenação do empreendimento. - Eleição livre e direta dos dirigentes; renovação periódica do quadro diretivo; regularidade de consultas e reuniões decisórias. - Igualdade de poder de decisão entre os membros, independentemente das quotas de capital ou de suas operações econômicas. - Participação dos membros de forma igualitária, sem desigualdade social, de gênero, raça e etnia.	Gestão Democrática - Garantia de deliberações e participação pelo conjunto de membros, sem a interdependência em relação a organizações e agentes externos. - Adoção do princípio clássico “um sócio, um voto” e a participação igualitária de membros homens e mulheres.
------------	--	---	---

Fonte: Adaptado de Senaes (2006) e Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018).

Os EES estarão mais próximos de exercer uma “racionalidade solidária” para uma transformação social, quanto mais conseguirem reunir pontos relacionados aos critérios/atributos do tipo ideal (compromisso social, atividades econômicas e gestão democrática) e suas caracterizações. “O modelo funciona não como síntese do real, mas como um instrumento cuja validade reside em interpelar a realidade empírica de um ponto de vista julgado adequado e relevante”, conforme Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018, p. 146).

Percebe-se, doravante, duas óticas simultâneas para os EES no Brasil e que permitem diferentes análises: (1) critérios que os configuram na ES; e (2) peculiaridades de cada empreendimento. A primeira, embora sujeita a questionamentos, oferece parâmetros legitimados e reconhecidos nacionalmente para a evolução das práticas. A segunda aponta para caminhos de desenvolvimento dos empreendimentos com base em diferenciações e comparações de cada análise, possibilitando reflexões e aproximações com elementos da gestão ordinária na tessitura dos EES, que corroborem práticas para o desenvolvimento territorial local.

3 REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL E GESTÃO ORDINÁRIA PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Cerca de 20 mil EES são distribuídos no país, conforme o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), em seu segundo (realizado em 2009) e último (realizado em 2013) mapeamento até o momento. Esse número de EES, juntamente dos dados da pesquisa amostral realizada por Gaiger e Kuyven (2019), tem apresentado não apenas a importância destes EES, mas principalmente as peculiares vinculadas à gestão e ao trabalho dos integrantes e membros destes empreendimentos sociais.

Para Gaiger (2006), essa racionalidade peculiar, quando bem-sucedida e compartilhada pelos membros, apresenta viabilidade, crescimento e estabilidade aos empreendimentos, conduzindo-os a novas sociabilidades quando vinculadas à ES. Isso porque apresentam práticas peculiares e distintas das relações tradicionais de geração de renda, cuja finalidade é propiciar melhores condições de vida ao coletivo. Esse cenário descreve, além da retórica, a práxis social, pois, quando se trata de princípios e valores coletivos que circundam a realidade da ES, geralmente,

há um direcionamento de melhoria contínua, de relações com possibilidades e estímulo ao desenvolvimento territorial local. “Quando vivemos relações, processos e características comuns substantivamos elementos identitários em meio à miríade de territorialidades” (Saquet, 2015, p. 33).

Territorialidade, para o autor, apoia-se na identidade, nos conflitos, nas articulações, no (i)material coletivo com e por meio da atuação de sujeitos que vivem e convivem de forma espacializada nos territórios. Estas, portanto, representam possibilidades e estratégias para transformação social na perspectiva local e, a partir daí, escopos multiescalares (Saquet, 2017).

Nesse sentido, o desenvolvimento territorial local se aporta nas territorialidades, que representam a operacionalidade para que o processo de desenvolvimento possa ocorrer. O desenvolvimento, assim, enseja articulações em diferentes níveis escalares para alicerçar as ações no âmbito das políticas municipais, estaduais e nacionais. Contudo, o processo se aporta nas particularidades, as formas peculiares de trabalho, das relações sociais, dentre outras territorialidades, da escala local para a global, e não o inverso (Saquet, 2017).

O processo de desenvolvimento territorial de base local, portanto, é mais efetivo quando há participação e articulações envolvendo vários agentes. Contudo e como apontam Ortega, Cerqueira e Silva (2016), deve-se atentar para que a comunidade local se organize, entenda e pratique ações que congreguem parcerias com governo e outros agentes de transformação. No Brasil, consoante às políticas de desenvolvimento territorial local terem sido estimuladas, principalmente a partir da década de 1990, seu direcionamento neoliberal, combinado com a configuração dos arranjos socioprodutivos locais, não configurou um avanço esperado capaz de mitigar a pobreza e alcançar patamares competitivos (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016).

Na realidade brasileira, importante salientar que os EES são apresentados sob três formas: cooperativas, associações e grupos informais. Mesmo as cooperativas, constituídas como a mais antiga forma organizacional e jurídica, algumas mais bem estruturadas que outras, possuem lógicas próprias. Essas lógicas denotam, por um lado, mecanismos administrativos por vezes incompletos e, por outro, possibilidades mais flexíveis e menos onerosas de atuação. A informalidade, por exemplo, “com seus traços limitantes e suas conotações negativas”, ora configura empecilho, ora não, pois “[...] o universo da semiformalidade, no qual o informal e o formal se entrelaçam, criando um espectro contínuo, um padrão misto estrutural persistente”, pode representar oportunidades (Gaiger; Kuyven, 2019, p. 818). Os autores retratam, com isso, que mesmo existindo racionalidade própria ou uma condição semiformal desses empreendimentos, a dimensão racional ou semiformal não compreende a totalidade do fazer e saber cotidiano nestas organizações. Portanto, as discussões sobre gestão ordinária e práticas cotidianas são importantes e geram contribuições para as reflexões sobre a ES e os EES.

Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014) destacam que a gestão de muitos empreendimentos é realizada por “pessoas comuns”, cujas formas de saber e fazer escapam aos modelos racionais preestabelecidos. Todavia, o que é feito por essas “pessoas comuns” não seria gestão? Os autores reforçam que, sim, é uma dinâmica de gestão, denominada de gestão ordinária, feita no dia a dia para sobrevivência e como forma de continuar *(r)existindo*, não obstante os vários obstáculos econômicos, sociais, políticos e ambientais impostos pelo cotidiano.

Certeau (1994) complementa, salientando que “homens inteiros” não são passivos aos sistemas de racionalização e formalização, pois se movem pela astúcia e “subversão silenciosa” nas artes de fazer o cotidiano. Destacada pelo autor, a “subversão silenciosa” é vista sob o olhar da

resistência, posto que cria e prolifera mudanças que minam o sistema capitalista ou pelo menos permitem o surgimento de empreendimentos que seguem, em parte, uma regularidade. Nesse contexto, o saber e o fazer são configurações e representações do dia a dia, não se constituindo, contudo, a totalidade das análises para as construções intelectuais que as emanam, apesar de serem ponto de partida para as práticas cotidianas (Certeau, 1994).

Percebe-se, pois, que no âmbito da ES e dos EES, o saber e fazer cotidianos são naturalmente estabelecidos como já destacado, importante compreender, portanto, como a gestão ordinária/cotidiana dos EES é entendida pelos sujeitos que a vivenciam através dos princípios da ES e os critérios/atributos do tipo ideal para os EES.

4 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

De cunho qualitativo, este estudo enfatiza a análise de práticas e relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos (Angermuller, 2013). Para o autor, o discurso é uma prática que vincula o sujeito a um panorama social específico, gerando sentidos distintos que dependem do contexto histórico-ideológico em que o sujeito está. Construiu-se, portanto, o discurso do sujeito coletivo (DSC) como método de pesquisa (Lefèvre; Lefèvre, 2005).

Utilizou-se o DSC tanto para a coleta de dados quanto para a construção do discurso propriamente dito, de modo a compreender, pelo olhar do sujeito coletivo, como os princípios da ES constituem-se em elementos da gestão ordinária/cotidiana nos empreendimentos. Para tanto, partiu-se das categorias de análise – os critérios/atributos do tipo ideal para EES descritos no Quadro 1 –, a lembrar: compromisso social, atividade econômica e gestão democrática. A partir desses critérios/atributos, ligados aos princípios da ES, foi possível compreender, por meio do DSC, como os elementos da gestão ordinária são entendidos para os sujeitos participantes da pesquisa. A relação entre os princípios da ES e os critérios/atributos do tipo ideal para EES está apresentada no Quadro 1 deste estudo.

A coleta de dados para a construção do DSC constituiu-se por entrevistas semiestruturadas com catadores de materiais recicláveis, durante um ano (janeiro de 2018- janeiro de 2019), que constituem um dos coletivos assessorados pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Além dos coletivos de catadores, o CIEPS também congrega outros setores com a proposta da economia popular solidária, por exemplo, agricultura familiar em transição agroecológica (CIEPS, 2022).

Foram entrevistados um total de 11 (onze) sujeitos⁵, entre associados/cooperados e gestores dos EES, escolhidos por conveniência. Dos participantes, cinco são mulheres, com idade entre 35 e 63 anos, e seis são homens na faixa etária entre 26 e 66 anos. Oito participantes possuem ensino fundamental incompleto; um possui ensino fundamental completo; um, ensino médio incompleto; e um é gestor do empreendimento A3, com ensino superior completo. Os entrevistados executam as seguintes funções: prensa, triagem, tesoureiro, presidente e analista financeiro. Para melhor compreensão (Quadro 2), a caracterização dos participantes da pesquisa, a saber: 1 (uma) cooperativa (C1) e 3 (três) associações (A1, A2 e A3).

⁵ Apesar de Lefèvre e Lefèvre (2005) direcionarem o método DSC para grupos sociais e grande quantidade de dados, as análises se saturam quando há repetições de falas a partir das categorias elencadas para a análise. Salienta-se que, no caso deste estudo, especificamente, houve teste piloto e, nas entrevistas-teste, já haviam sido identificadas repetições de falas. Em virtude disso, optou-se por permanecer com o método.

Quadro 2 – Caracterização dos EES que compuseram o campo de pesquisa

EES	DESCRIÇÃO
C1	Fundada em 28/06/2003, sob a forma de sociedade cooperativa, possui atualmente 10 famílias cooperadas. É regida no seu estatuto pelos valores e princípios da Economia Solidária e os dispositivos legais do cooperativismo.
A1	Fundada em 25/01/2007 com a perspectiva de contribuir para o fortalecimento da categoria dos catadores de materiais recicláveis, atuantes na cidade de Uberlândia, MG. Possui 30 associados.
A2	Constituída em 14/05/2011, a associação é composta por pessoas que se uniram voluntariamente para satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais em comum, baseando-se nos deveres de ajuda mútua, democracia, igualdade, solidariedade, transparência, responsabilidade social e preocupação com o meio ambiente e com seu semelhante.
A3	Fundada em 07/09/2010, associação civil de caráter cristão evangélico com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, possui 23 filiados. A ideia da associação é acolher pessoas em situação de risco, procurando inseri-las no mundo do trabalho por meio da inserção no campo da reciclagem de resíduos sólidos.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa empírica.

Após a transcrição das entrevistas, os dados foram organizados em quadros, conforme expressavam informações sobre os critérios/atributos do tipo ideal para EES (compromisso social, atividade econômica, gestão democrática). As informações coletadas nas entrevistas foram expostas em quadros construídos no Microsoft Word e separadas, afunilando-se das mais genéricas até as mais específicas, com o propósito de sintetizar o discurso do coletivo.

O tratamento dos dados, conforme Lefèvre e Lefèvre (2005), seguiu a ordem: (i) Expressões-Chave (E-Ch), informações faladas pelos sujeitos que permitiram a captação da essência do discurso; (ii) Ideias Centrais (IC), denominações linguísticas, informações agrupadas pela similaridade de fala dos sujeitos, a partir das E-Ch; e (iii) Ancoragens (AC), expressões nas falas dos sujeitos que se repetiam, vinculando as ICs às categorias de análise.

Por fim, foi realizada a redação discursiva a partir de fragmentos de falas dos sujeitos entrevistados (ancoragens – AC), considerando-se semelhanças e diferenças nos discursos. Esses fragmentos ou ancoragens revelaram as especificidades de uma construção coletiva, conforme Gondim e Fischer (2009), em relação às categorias e peculiaridades de cada dimensão de análise. No processo de organização e sistematização dos DSC, foram empregadas somente correções ortográficas, sem alterar o sentido do discurso. Foram empreendidas as considerações de Angermüller (2013), verificando não apenas a construção histórico-ideológica, mas também as peculiaridades tratadas por Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados deste estudo baseou-se no construto teórico emanado pelos princípios da ES e os critérios/atributos do tipo ideal para EES. Três grupos – compromisso social, atividade econômica, gestão democrática – sinalizam dimensões maiores, que, compostas por caracterizações em menor grau, indicam o caminho de construção para interpretações e análises.

5.1 Discurso do sujeito coletivo na dimensão “compromisso social”

A primeira dimensão, denominada “compromisso social”, revela três critérios/atributos de análise para a construção dos DSC: (i) intercooperação técnica; (ii) articulação entre o social

e o econômico; (iii) ações balizadas por fatores ético e econômico. A intercooperação técnica estabelece estímulo à solidariedade e melhoria do bem-estar das pessoas, dentro e fora dos empreendimentos. Nesse quesito, a “racionalidade própria” como peculiaridade, apresentada por Gaiger e Kuyven (2019), denota que o universo dos catadores é envolvido pelo sentido de que o bem-estar vem da valorização do trabalho de catador e da contribuição ao meio ambiente.

A articulação entre as dimensões social e econômica, sem que uma predomine sobre a outra, foi percebida de maneira que não há uma predominância de dimensão sobre a outra, ou seja, para o coletivo, a distribuição dos ganhos está ligada não à condição social, mas à quantidade produzida por cada catador. Não obstante a importância da cooperação (coletiva) para uma maior produção, a divisão dos ganhos ainda está concentrada no trabalho individual e não coletivo, representando, com isso, uma contradição.

A compreensão das ações dos sujeitos por meio dos dois balizadores – ético e econômico – expõe que o discurso está contido na condição de desvalorização do trabalho, já que, para o coletivo, a proatividade geraria mais conhecimento e, conseqüentemente, mais espaço e mais reconhecimento. Em outras palavras, o reconhecimento por parte do poder público, por exemplo, é um dos pontos que tendem a potencializar produtividade do coletivo e valorizar sujeitos e cidadãos (Bertucci, 2010). No balizador econômico, o discurso revela a importância da geração de trabalho e renda, embora condicionada à semiformalidade apontada por questões como ausência de carteira assinada e ganhos individuais e não coletivos (quem trabalha mais ganha mais). Essa peculiaridade denota um elemento de racionalidade organizacional própria, uma vez que os empreendimentos não atuam com mecanismos tradicionais de contratação e remuneração de trabalhadores. O DSC construído na dimensão “compromisso social” está apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Discurso do Sujeito Coletivo na dimensão “compromisso social” dos EES

COMPROMISSO SOCIAL	
Critério/atributo de análise	Intercooperação técnica com estímulo à solidariedade generalizada enfocando a melhoria do bem-estar das pessoas vinculadas ao empreendimento e da comunidade no entorno.
DISCURSO: Papel do EES na sociedade.	
Valorizar um catador de rua, trazê-lo para o EES e dar condições para ele ter uma qualidade de vida. Além da questão ambiental, de contribuir com o meio ambiente, tem a questão social, ter um lugar fixo para trabalhar sem tomar chuva, sol. Se ficar doente, todos se juntam e tentam ajudar. É uma forma de gerar trabalho e renda para as pessoas com mais dificuldade para ingressar no mercado de trabalho. Então, além do serviço que faz para a sociedade, é uma inclusão social para pessoas que não têm renda.	
Peculiaridade: Através do CIEPS, temos acompanhamento psicológico dos alunos da psicologia que nos atende. O EES, com o CIEPS, também tem parceria com o SEBRAE, com a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB), às vezes tem algumas oficinas para aumentar o conhecimento.	
DISCURSO: Conquistas a partir do trabalho.	
Conseguimos nos manter, ajudar em casa, pagar aluguel e comer. É importante a questão da renda, mas também do reconhecimento do trabalhador como cidadão. O trabalho do catador como associado é um serviço digno como qualquer serviço. Estamos formando uma família, a consequência é um melhor rendimento e condições de trabalho. Tudo vem com o nosso trabalho, da nossa união aqui dentro, orgulho da associação, do catador.	
Critério/atributo de análise	Articulação entre a dimensão social e a econômica sem a predominância de uma sobre a outra.
DISCURSO: Distribuição dos ganhos.	

COMPROMISSO SOCIAL	
Quem produz mais ganha mais, não dá muito não, o que a gente está tirando dá, mas pode melhorar. Quanto mais produzir mais você ganha, mas é mais coletivo do que individual, quanto mais unidos estivermos mais iremos ganhar. Na hora que precisa de todo mundo vai dando certo. Peculiaridade: 80% dos ganhos são distribuídos e o EES recebe 20%.	
Critério/atributo de análise	Ações vinculadas às circunstâncias, ora como balizador ético de suas práticas, ora, ainda, como um princípio justificador da atividade econômica.
DISCURSO: Balizadores social e econômico.	
A nossa classe de catadores de materiais recicláveis é uma classe explorada, é uma classe que não tem valor, ela é vista à margem da sociedade. Automaticamente, a gente conseguindo um pouco mais de conhecimento, sendo mais proativo, conseguimos fortalecer o grupo. Primordial é ter seu próprio espaço para trabalhar porque nós somos donos do negócio. A ideia de ser um empreendimento que gera emprego, renda e é sustentável. Precisa de alguns incentivos, mais material, equipamentos para as pessoas, precisa ser reconhecido como cidadão. Peculiaridade: Tudo pela produção, o que você fizer, você ganha, o que você não fizer você não ganha. Uns ganham mais, outros ganham menos, quem trabalhou mais vai receber mais. Não possui carteira assinada.	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa empírica (2023).

Na dimensão “compromisso social”, compreendida pelas caracterizações de trabalho e princípios da ES, a prática é tomada de forma peculiar nos EES. Identifica-se que o suporte do CIEPS é importante no sentido de transmitir e sedimentar os princípios da ES, ainda que o DSC revele construção nos entremeios das peculiaridades. Há o entrelace das vertentes individual e coletiva, haja vista que as ações individuais (divisão dos ganhos pelo volume da produção) predominam sobre as coletivas. Pergunta-se, entretanto: isso fere os princípios da ES? Talvez. Contudo, o importante para o EES é que o coletivo seja capaz de gerar vida digna aos seus participantes. Percebe-se ainda que, a despeito de vivenciarem condições difíceis como ganhos financeiros, há a possibilidade de união e distribuição destes mesmos ganhos pelo bem do coletivo. A ideia da gestão ordinária, proposta por Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), é percebida, assim, como a compreensão dos critérios/atributos de análise no cotidiano de trabalho dos sujeitos, como revela Certeau (1994).

5.2 Discurso do sujeito coletivo na dimensão “atividade econômica”

A segunda dimensão, “atividade econômica”, apresenta também três critérios/atributos de análise para a construção do DSC: (i) operações de produção, comercialização, consumo, manutenção e continuidade do empreendimento; (ii) compreensão da economia em sentido amplo, ou seja, elementos da rotina de trabalho coletivo; (iii) processos de trabalho coletivo e recursos. Nas operações de produção e continuidade do empreendimento, percebe-se a importância do papel da prefeitura, não apenas no estímulo para constituição dos EES, mas também na sustentação da atividade econômica (Bertucci, 2010). Há, também, dependência da figura do atravessador para a comercialização dos materiais coletados.

Em relação à sustentabilidade financeira (continuidade), verifica-se que os EES não se constituem como empreendimentos rentáveis, principalmente pela dependência da ação municipal que, por lei, impede a coleta de materiais por conta própria (Barbosa, 2007; Alves *et al.*, 2020). Há necessidade de ampliação da coleta seletiva pela prefeitura e maior reconhecimento dos catadores por parte do poder público. Nesse caso, a falta de articulação entre vários agentes dificulta direcionamento para o desenvolvimento territorial local, conforme apontam autores

como Saquet (2021) e Ortega, Cerqueira e Silva (2016). Contudo, há valorização do trabalho, catador, quando o sujeito ingressa no empreendimento, apesar de se enfatizar, concomitante, o discurso da desvalorização do trabalho. Uma particularidade foi identificada, há reserva financeira, apesar do alto patamar de gastos para o empreendimento.

Os elementos da rotina de trabalho não se limitam apenas aos bens coletados e serviços gerados. Enfoca-se a divisão dos ganhos, no sentido de mostrar a importância do equilíbrio na quantidade de materiais entregues aos EES para o trabalho, pois um catador pode se beneficiar do trabalho de outros catadores. Denota-se, aqui, a contradição do individual sobre o coletivo, pois o trabalho coletivo permite a divisão igualitária; contudo, a questão da produtividade é também presente no discurso. Percebe-se, contudo, o sentido do coletivo na gestão ordinária, já que é importante a divisão dos rendimentos pela quantidade de materiais coletados, bem como o sentido de equidade na divisão das atividades para não sobrecarregar ninguém.

O processo de trabalho coletivo em relação aos recursos existentes denota uma contradição, o discurso retrata a consciência da divisão do trabalho, embora a aponte como não existente; não obstante, salienta a dificuldade de mudança de cargo, só ocorrendo em situação de vacância. Dessa maneira, observa-se uma peculiaridade da gestão ordinária tanto na questão de mudança de cargo quanto no planejamento para a execução das atividades, pois o aprendizado só ocorre pela observação, ou seja, no acompanhamento do que o outro catador faz. As peculiaridades ocorrem, portanto, tanto no segundo quanto no terceiro critério/atributo de análise, refletindo o sentido de gestão ordinária de Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), visto que esta é realizada por “pessoas comuns”, e escapam aos modelos racionais preestabelecidos. O DSC construído na dimensão “atividade econômica” está apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Discurso do Sujeito Coletivo na dimensão “atividade econômica” dos EES

ATIVIDADE ECONÔMICA	
Critério/atributo de análise	Operações econômicas para produção, comercialização e consumo, ou prestação de serviços para a manutenção e continuidade do empreendimento.
DISCURSO: Coleta de lixo e destinação dos materiais.	
A prefeitura recolhe o material nos bairros e traz para a gente. O caminhão da prefeitura recolhe nos bairros, de porta em porta. Há a parceria com o poder público municipal, que a prefeitura implementou. A cidade de Uberlândia e a prefeitura abriram as portas para as cooperativas e associações. Na maioria das vezes, a prefeitura doa o material e o maquinário. Para a comercialização, o foco é a indústria, mas, como precisamos de fundo de caixa, ainda dependemos do atravessador.	
DISCURSO: Autossustentabilidade.	
Acho que não é autossustentável, tem muito gasto. A gente não consegue manter a associação com os ganhos. Se a prefeitura não mudar a questão da coleta ou se não pagar as associações pelo serviço prestado, ela corre o risco de, no futuro, não existir coleta seletiva. Os EES não podem fazer coleta seletiva por conta própria, é uma lei.	
Peculiaridade: Apesar dos gastos, da redução no preço do material reciclável, do pouco material entregue pela prefeitura, agora temos uma reserva.	
DISCURSO: Realidade econômica.	
Precisamos receber mais material ao invés de rejeitar, a prefeitura precisa conscientizar melhor a população. Precisamos ter mais valor, somos pouco reconhecidos pela sociedade e o primeiro passo é o reconhecimento dos catadores prestadores de serviço.	
Peculiaridade: A realidade vai mudar quando deixarmos o atravessador. A gente também precisa fazer novas parcerias, ter um fluxo de caixa e ser mais valorizado pela prefeitura.	
Critério/atributo de análise	Compreensão da economia em sentido amplo, sem se limitar a bens e serviços produzidos para o mercado e sem descartar atividades não monetárias.

ATIVIDADE ECONÔMICA	
DISCURSO: Modo de trabalho.	
Todo mundo trabalha junto e dividir o dinheiro igualmente não dá certo porque um “encosta” no outro. A melhor forma de trabalhar é por produtividade.	
Peculiaridade: O coletivo é melhor, aqui faz igual, mas nem todos têm o mesmo ritmo de trabalho, todos precisam pensar igual e planejar para melhorar.	
Critério/atributo de análise	Envolvimento de trabalho coletivo (planejamento, deliberações, execução) e recursos para a sua realização.
DISCURSO: Execução das atividades.	
Não tem divisão do trabalho, não tem critério para a divisão das tarefas, cada um faz um pouco de tudo, a gente sempre está pronto para ajudar. O aprendizado é no dia a dia e por observação e acompanhamento, a gente coloca a pessoa para observar uma outra mais rápida e ela vai pegando o ritmo. Não precisa falar, só explicar, a pessoa que já trabalha há mais tempo explica e a gente vai pegando prática. Mas não é fácil estar numa reciclagem hoje em dia, sempre trabalhamos sujos, temos que tomar cuidado, sempre com luvas e EPIs*. Estamos lutando, querendo chegar numa vitória em que todos estejam bem.	
Peculiaridade: Em relação à execução do trabalho, tem-se a coleta, triagem e prensa. Mudar de cargo só é possível se alguém sair daquele cargo e você quiser assumir.	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa empírica (2023).

* Equipamento de proteção individual.

Nesta dimensão, “atividade econômica”, o DSC se relaciona diretamente ao cotidiano de trabalho dos catadores. As contradições e peculiaridades se evidenciam no entrelace das questões de sobrevivência e exercício das atividades. Conforme Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), tais peculiaridades se conjugam pela tênue configuração dos EES e necessidade de lidar com duas questões concomitantemente, a social e a econômica. Destaca-se, com isso, o olhar de Certeau (1994) na denominação “subversão silenciosa”, pois os EES seguem, em parte, a regularidade dos empreendimentos capitalistas, embora de forma contraditória, o que imprime um diferencial e a manutenção da vertente social, mesmo que de forma cambiante.

5.3 Discurso do sujeito coletivo na dimensão “gestão democrática”

A terceira dimensão, “gestão democrática”, possui dois critérios/atributos de análise: (i) deliberações e participações dos membros; (ii) participação democrática/igualitária dos membros. Quanto às questões como deliberações e participações dos membros, bem como a não dependência de organizações e agentes externos para o exercício da gestão, o discurso evidenciou o trabalho em grupo, no sentido empreendedor do negócio, em que os sujeitos se sentem donos dos empreendimentos e todas as decisões são tomadas em assembleia (Gaiger; Ferrarini; Veronese, 2018). Há não passividade aos sistemas de racionalização e formalização (Certeau, 1994), ainda que haja a peculiaridade de se ter uma gestão mais “profissional”, por meio da formação acadêmica e profissional de membros internos ou externos ao empreendimento.

Como oportunidade, corrobora-se em Saquet (2021) o direcionamento de melhoria contínua, de relações juntas, com possibilidades e estímulo ao desenvolvimento territorial local. Como limitador, percebe-se a pouca capacidade para articulação local, o que impele barreira para a construção de políticas públicas descentralizadas, aportadas estrategicamente em ações de desenvolvimento territorial local, como apontam Ortega, Cerqueira e Silva (2016).

As formas de ingresso e o processo de adaptação ao trabalho são identificados de maneira peculiar quando da chegada de novos membros, acolhidos pelo caráter identitário e que passam

por período de experiência. Embora ser um esquema constituído também por organizações capitalistas, o EES se diferencia em duas vertentes. A primeira positiva, pois não há existência de chefe ou patrão para determinar o que deve ser feito; a segunda negativa, pois não havendo um trabalho com carteira assinada, a saída de um membro do empreendimento é semelhante ao seu ingresso, sem nenhum recurso financeiro adicional.

Há participação democrática dos membros, no sentido de que cada um, independentemente do trabalho ou da quantidade de material coletado, possui o mesmo poder de voto nas assembleias. Nesse ponto, o DSC aponta a importância da condição “um membro, um voto” (OCB, 2022), característica marcante da ES e dos ESS.

O DSC construído na dimensão “gestão democrática” está apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 – Discurso do Sujeito Coletivo na dimensão “gestão democrática” dos EES

GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Critério/atributo de análise	Garantia de deliberações e participação pelo conjunto de membros, sem a interdependência em relação a organizações e agentes externos.
DISCURSO: Decisões e deliberações.	
Trabalhamos em grupo, tomamos conta do EES e nos sentimos parte e donos. Todas as decisões são tomadas em assembleia.	
Peculiaridade: Pensa-se formar pessoas de dentro para fazer a administração; quanto mais pessoas, melhor. Podemos contratar pessoas de fora para administrar em regime de CLT, mas não é usual.	
DISCURSO: Forma de ingresso no EES e adaptação ao trabalho.	
Tem que estar ligado à reciclagem, explicamos como funciona o EES, elas leem o estatuto e o regimento para saber dos direitos e obrigações. A pessoa tem três meses para ver se quer continuar e para a diretoria avaliar o desempenho.	
Peculiaridade: Em outros lugares (emprego com carteira assinada) era mais difícil, muitos chefes, se o patrão não gostasse mandava embora. Aqui a gente fica mais à vontade, a pessoa que faz, ninguém pega no pé, ninguém manda em ninguém. A desvantagem é que, quando sai, sai sem nada, tem que produzir muito para ter renda satisfatória.	
Critério/atributo de análise	Adoção do princípio clássico “um membro, um voto” e a participação igualitária de membros homens e mulheres.
DISCURSO: Método de trabalho.	
Entendemos que o cooperativismo e o associativismo são os melhores métodos, são participativos, todo mundo participa. Todos sabem o que acontece, todos participam da tomada de decisão. Seguimos o estatuto e o regimento interno.	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa empírica (2023).

Na “gestão democrática”, evidencia-se a caracterização do cooperativismo, prezando pela participação dos sujeitos e objetivos comuns, reforçando elementos da gestão ordinária no cotidiano coletivo dos catadores quanto à forma de fazer e organizar o trabalho de maneira conjunta. Dessa forma, entende-se que a “gestão democrática” é necessária, mesmo evidenciando o discurso da gestão formal e profissional dos empreendimentos. Entende-se que tal fato pode hierarquizar as relações com possibilidades mais rentáveis e produtivas influenciadas por condições externas, quais sejam, agentes e estruturas públicas ou privadas.

Contudo, ressaltando-se os elementos da vida cotidiana do coletivo (Certeau, 1994), a importância dos princípios da ES e os critérios/atributos do tipo ideal para EES, entende-se, também, que tal fato não reforça nem projeta uma racionalidade administrativa ou de formalização, mas pode direcionar caminhos para o desenvolvimento territorial local, mesmo nos vieses do capitalismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do discurso do sujeito coletivo (DSC), como método escolhido para este estudo, algumas questões servem para reflexões futuras e respondem positivamente à inquietação de pesquisa, mostrando que os elementos constituídos cotidianamente no processo de gestão ordinária dos empreendimentos econômicos solidários (EES) os permitem atuar de maneira própria nos entremeios da lógica capitalista dominante.

Os elementos de gestão ordinária podem, também, representar direcionamento para que transformações sociais apontem caminhos para um desenvolvimento territorial local. Contudo, atualmente, ainda representam limitadores para que este ocorra de maneira efetiva, com articulações de agentes em nível local e, posteriormente, escalares. Entende-se que as formas peculiares de atuação dos empreendimentos, reveladas pelos elementos da gestão ordinária, são efetivadas pelo modo de fazer e agir de cada organização, permeados por questões de ordem social concomitantemente a questões de ordem econômica.

As práticas evidenciam valores como solidariedade, trabalho conjunto, união, participação democrática, divisão de tarefas, entre outros, sustentados e mantidos por intercooperação técnica pelo coletivo de catadores de material reciclável, em Uberlândia, MG. Com o apoio do CIEPS da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que proporciona assistência psicológica e oferta de cursos no âmbito do processo de incubação, evidenciam-se elementos como a valorização do trabalho do catador e o bem-estar, possibilitando a inclusão daqueles que não possuem renda, bem como a preservação do meio ambiente. Isso faz com que os EES se diferenciem da racionalidade vinculada aos vieses do capitalismo, haja vista que estes prezam pela dignidade humana com possibilidades de sustento da família, mesmo sem o reconhecimento amplo e almejado do trabalho do catador de recicláveis.

O cooperativismo é imbuído do sentimento da coletividade, especialmente nas decisões tomadas em assembleias, em que a participação democrática dos membros é mantida, independentemente da produtividade no trabalho, ou seja, a cada um dá-se o mesmo poder de voto. Apesar da existência dos elementos da gestão ordinária, estes se apresentam ora como oportunidade, ora como limitadores. Como oportunidade, enxerga-se que, por meio do coletivo, a consciência de movimento social serve de estímulo para que os EES continuem existindo, preservados por suas lógicas próprias, quesito que direciona melhoria contínua, de relações juntas, com possibilidades e estímulo ao desenvolvimento territorial local como limitadores. Verifica-se que os EES creditam seu futuro em mecanismos de profissionalização da gestão, seja pela formação acadêmica e profissional de membros internos, seja pela contratação de gestores externos. Contudo, percebe-se que a pouca capacidade para articulação local impele barreira para a construção de políticas públicas descentralizadas, por exemplo.

Conquanto o contexto capitalista, reforça-se contribuição importante pela identificação da existência de práticas de gestão ordinária nos EES, embora esta pesquisa tenha se limitado ao universo de catadores de recicláveis. Pelo estudo, corrobora-se o fato de que os EES se mantêm (ou resistem) por meio de práticas cotidianas coletivas, as quais suprem vida digna ao coletivo. Contudo, haja certo nível de racionalização organizacional, existe pouca articulação externa e coletiva, o que enseja dificuldade para transformações sociais de fato e direcionamento para o desenvolvimento territorial local.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. M.; MEDEIROS VELOSO, L. H.; PAIVA DE ANDRADE, E.; DA SILVA, A. M. Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 21, n. 1, p. 125–40, 2020.
- ANGERMULLER, J. *Analyse du discours poststructuraliste*. Les voix du sujet dans le langage chez Lacan, Althusser, Foucault, Derrida, Sollers. Limoges-Fr: Éditions Lambert-Lucas, 2013.
- ARRUDA, M. Trabalho emancipado. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- BARBOSA, R. N. C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- BERTUCCI, J. O. *A produção de sentido e a construção social da economia solidária*. 2010. Tese de Doutorado (Pós-graduação em Sociologia) – Universidade de Brasília-DF, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6956/1/2010_JonasdeOliveiraBertucci.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.
- CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 698–713, 2014.
- CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. *Revista Aurora*, Marília, v. 2, n. 1, p. 37–46, 2008.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.
- CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDEIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS [CIEPS]. Uberlândia, 2022. Disponível em: <http://www.cieps.proexc.ufu.br/node/1>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- FRANÇA FILHO, G. C.; MAGNELLI, A.; EYNAUD, P. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. *NAU Social*, Salvador, v. 11, n. 20, p. 167–84, 2020.
- GAIGER, L. I. A Economia solidária e o projeto de outra mundialização. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799–834, 2004.
- GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 2, p. 513–44, 2006.
- GAIGER, L. I. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. *Sociedade e Estado*, Brasília-DF, v. 27, p. 313–35, 2012.
- GAIGER, L. I. A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 79, Lisboa, p. 43–63, 2015.
- GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137–69, 2018.
- GAIGER, L. I.; KUYVEN, P. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília-DF, v. 34, n. 3, set./dez. 2019, p. 811–34.
- GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. *Cadernos Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 9–26, 2009.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUSC, 2005.

ORTEGA, A.C.; CERQUEIRA, C. A.; SILVA, F. P. M. As políticas públicas de desenvolvimento no estado da Bahia. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. F. (Org.). *As políticas territoriais rurais e a articulação do governo federal e estadual: um estudo de caso na Bahia*. Brasília: IPEA, 2016, [cap. 3], p. 55–84.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL [OCB]. Sistema OCB. O que é cooperativismo. *Portal OCDB*, Brasília-DF, 2022. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 6 mar. 2022.

SAQUET, M. A. *Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2015.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Presidente Prudente, v. 20, p. 479–505, 2018.

SAQUET, M. Território, cooperação e desenvolvimento territorial: contribuições para interpretar a América Latina. In: SAQUET, M.; ALVES, A. (Org.). *Processos de cooperação e solidariedade na América Latina*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 37–67.

SAQUET, M. A. Uma geografia (I)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. *Revista Nera*, Presidente Prudente, n. 57, p. 54–78, 2021.

Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES]. *Atlas da Economia Solidária 2005*. Brasília: MTE, 2006. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf Acesso em 09 mar. 2022.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Sobre os autores:

Andrea Costa Van Herk Vasconcelos: Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Administração pela UFU. Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Professora adjunta da UFU. **E-mail:** andreaherk@ufu.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9030-5830>

Márcia Freire de Oliveira: Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Engenharia de Produção pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora titular da UFU. **E-mail:** marciafreire@ufu.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0569-2363>

Luciano Mendes: Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professor associado na Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP/ESALQ). **E-mail:** mendes@usp.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6159-7184>

Camila Maria de Oliveira: Mestre em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **E-mail:** camila.maria321@usp.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0874-3971>